



CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS

Fis. _____

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

Jon. Lima J. Borges

EM 03 / 05 / 2018

[Assinatura]
PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.I.)

Considerando que o vereador Jonas J. Borges nomeado relator do presente projeto de resolução, a presente data não apresentou o seu relatório e também não solicitou quaisquer diligências/previdências;

Considerando o que consta do § 4º do art. 47, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, deves o presente projeto e deves o relatório de competência da CCJR, que segue anexo.

Ano. 18/06/2018

[Assinatura]



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

NOMEAMOS RELATOR(A) VEREADOR(A):

João Carlos

EM 38 / 06 / 2018

[Signature]
PRESIDENTE

(PRAZO REGIMENTAL PARA EMISSÃO DE PARECER: 07 DIAS PRORROGAVEL POR MAIS 07 DIAS – ART. 47, § 3º, R.L.)

PARECER EM ANEXO



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**

Assunto: Projeto de Resolução nº 014/2018

Autora: Mesa Diretora

Ementa: *“Dispoe sobre as viagens oficiais e a concessão de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências”.*

I – RELATÓRIO

De autoria da Mesa Diretora o presente projeto de Resolução que *“Dispoe sobre as viagens oficiais e a concessão de diárias aos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências”.*

É, em síntese, o relatório.

II – ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis.

Observa-se, ainda, que a autora articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto na mesma norma regimental.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS

Neste momento, onde se analisa a constitucionalidade, legalidade e técnica de redação, não cabe ao relator adentrar no mérito da proposta.

Destarte, nenhum óbice de ordem técnico-formal existe, daí porque merecer a matéria toda consideração da edilidade no tocante a tais aspectos.

III– ANÁLISE SOB O PRISMA CONSTITUCIONAL

Analisando a proposta e confrontando seu texto com as normas constitucionais não encontramos nenhuma vedação.

A análise realizada se restringiu à competência legislativa concedida pela Constituição Federal aos municípios.

No tocante à competência legiferante do Município, o presente projeto acha-se amparado pelos artigos 30, I da Constituição da República, na Constituição do Estado de Goiás também na Lei Orgânica do Município, por tratar de matéria de interesse eminentemente local.

HELY LOPES MEIRELLES explica o conteúdo de interesse local do seguinte modo:

(...) o interesse local se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância.

No que se refere à competência para iniciar o processo legislativo, verifico que a iniciativa parlamentar esta adequada.



IV – CONCLUSÃO

Por essas razões, manifestamos pela constitucionalidade da matéria em apreço.

É como voto.

Anápolis, 18 de junho de 2018.


Jean Ribeiro
Relator


Thais Souza